

A INDEFINIBILIDADE DA VERDADE EM FREGE E A VERDADE COMO META DA LÓGICA: UMA ANÁLISE A PARTIR DO *DER GEDANKE* DE FREGE

THE UNDEFINABILITY OF TRUTH IN FREGE AND TRUTH AS THE GOAL OF LOGIC:
AN ANALYSIS BASED ON FREGE'S *DER GEDANKE*

*Lucas de Souza e Oliveira*¹

Resumo:

O artigo analisa a tese da indefinibilidade da verdade em Frege, especialmente no ensaio *Der Gedanke*, relacionando-a com a noção da verdade como objetivo da Lógica. Argumenta-se que Frege não visa elaborar uma teoria da verdade, mas sim desenvolver a Lógica como ciência normativa, autônoma e distinta da Psicologia. A verdade, nesse contexto, não pode ser definida sem incorrer em regresso vicioso ou em circularidade, como ilustrado nas críticas à teoria da correspondência. O texto destaca a simplicidade, o caráter *sui generis* e a circularidade da verdade, que não pode ser reduzida ou substituída por qualquer outra noção sem perda conceitual. A chamada “tese de equivalência” mostra que o adjetivo “verdadeiro” não acrescenta nada ao conteúdo de um pensamento, sendo a forma assertórica que o confere estatuto lógico. Por fim, argumenta-se que, embora a verdade não seja definível, ela permanece como a meta da Lógica, pois esta visa descrever as condições pelas quais uma asserção é justificada. Esta, portanto, fundamenta o reconhecimento objetivo da verdade sem a necessidade de defini-la diretamente.

Palavras-chave: Verdade; indefinibilidade; simplicidade; lógica

Abstract:

This article examines the undefinability of truth in Frege, especially in *Der Gedanke*, and its relation to the notion of truth as the goal of Logic. It argues that Frege's primary aim is not to construct a theory of truth, but to develop Logic as a normative, autonomous science distinct from Psychology. In this context, truth cannot be defined without incurring vicious regress or circularity, as seen in criticisms of the correspondence theory. The article emphasizes the simplicity, *sui generis* character, and circularity of truth, showing that it cannot be reduced or replaced by any other notion without conceptual loss. The so-called “equivalence thesis” shows that the adjective “true” adds nothing to the content of a thought, and it is the assertoric form that gives it logical status. Finally, it is argued that although truth is undefinable, it remains the goal of Logic, since Logic aims to describe the conditions under which an assertion is justified. This science, therefore, grounds the objective recognition of truth without needing to define it directly.

Keywords: Truth; undefinability; simplicity; logic.

¹ Mestre em Filosofia pela Universidade Federal Fluminense, doutorando no Programa de Pós-Graduação em Lógica e Metafísica (PPGLM) - Universidade Federal do Rio de Janeiro. Filiação institucional: PPGLM - Universidade Federal do Rio de Janeiro. E-mail: desouzaoliveiralucas@gmail.com, ORCID: 0009-0003-7012-9037

Introdução

O problema mais relevante para a Teoria da Verdade é justamente a definição do que é verdade. De acordo com a concepção mais tradicional e, sob certo sentido, ingênua², se toma como “verdadeiro” tudo aquilo que corresponde a algo ou a algum estado-de-coisas, de maneira que, com isto, a verdade teria um caráter essencialmente relacional.

Ademais, não só para uma Teoria da Verdade em sentido mais estrito, mas para a própria Lógica a definição da verdade se faz bastante relevante. Já o jovem Frege nos dirá que tal ciência “*only becomes possible with the conviction that there is a difference between truth and untruth*”³ (POTTER, Michael, 2010, p. 2) e, mais tarde, como se pretende abaixo esclarecer, que a verdade é seu objetivo. Neste sentido, defini-la se afigura, ao menos num primeiro plano, como essencial para que se consiga construir adequadamente a Lógica, esta ciência tão elementar e reguladora de toda outra investigação científica, na medida em que pode normatizá-la formalmente.

Acontece, todavia, que, como é apontado em *Der Gedanke*, as tentativas de definição da verdade, mesmo, e talvez sobretudo, a clássica, enfrentam dificuldades contra as quais é difícil lidar, como, p. ex., o regresso vicioso gerado pela necessidade de verificação do atendimento aos critérios da definição. Não só isso, são levantadas peculiaridades quanto à utilização do adjetivo “verdadeiro”, por meio das quais coloca-se em xeque que este realmente possa ter alguma contribuição ao pensamento, o que seria necessário, porém, caso adotássemos a teoria da verdade por correspondência, por exemplo.

Assim, o presente texto tem como objetivo a discussão de duas teses do *Der Gedanke*, quais sejam, a do regresso vicioso, já rapidamente esboçada acima, e a tese da equivalência, marcada justamente pela questão do uso da palavra “verdadeiro”, de maneira que, de um modo geral, pode-se afirmar que temos aqui em vista tratar da indefinibilidade da verdade em Frege. Como, porém, seu real projeto passa muito mais pelo desenvolvimento da Lógica do que propriamente por uma Teoria da Verdade, me parece de alta relevância tratar das implicações para esta ciência da adoção da tese da indefinibilidade.

A Verdade como Meta da Lógica

No início de seu *Der Gedanke*, Frege coloca que, assim como Estética visa o belo, e a Ética, o bom, a Lógica terá como sua meta o verdadeiro (FREGE, Gottlob, 1918). Com efeito, de acordo com o autor, todas as ciências buscam a verdade, mas a Lógica o faz de uma maneira bastante particular. Com efeito, as ciências não têm a verdade enquanto tal como seu objeto, buscando apenas o reconhecimento de suas hipóteses como verdadeiras, ao passo que a Lógica, ao contrário, tentará apreender as leis relativas a como podemos fundamentar objetivamente uma afirmação sobre outra, de maneira que verdade é considerada por tal ciência sob seu aspecto inferencial (SLUGA, Hans, 1980), sem que se tome em consideração quaisquer objetos externos ou hipóteses em particular, como ocorre nas ciências não-analíticas.

² Não uso o termo com qualquer sentido pejorativo.

³ “apenas se torna possível com a convicção de que há uma diferença entre verdadeiro e não-verdadeiro”.

Relativamente a tais leis, a seu turno, está sempre de acordo toda forma de pensamento que se possa reputar como verdadeira, destacando-se daí um duplo aspecto das leis da Lógica. De um lado, diferentemente das leis morais ou jurídicas, e de maneira mais aproximada às leis naturais, as leis da verdade apreendidas por tal domínio do saber não tratam apenas daquilo que deveria ser, mas que possivelmente não é e nem será, estabelecendo, antes, as condições que estão sempre satisfeitas, sem exceções, por toda asserção⁴ (FREGE, Gottlob, 1918). Do outro lado, porém, é inegável que, ao apreender tais condições, as leis da Lógica têm uma vocação normativa, resultando delas “*Vorschriften für das Fürwahrhalten, das Denken, Urteilen, Schliessen*”⁵ (FREGE, Gottlob, 1918, p. 1), com base no que, aliás, muitos considerarão esta ciência como *l’art de penser*, ou, ainda, que ela terá por meta as leis do pensamento. Deste segundo traço, porém, das leis da verdade, sobretudo quando tomadas sob esta segunda nomenclatura (“leis do pensamento”), pode surgir uma perigosa interpretação acerca de sua natureza, que deve ser, de plano, afastada.

De fato, pensar, julgar, inferir, tomar-por-verdadeiro (*Fürwahrhalten*), podem ser todos tomados como efetivos atos mentais, é dizer, como elos de uma cadeia natural-psicológica de causa e efeito, de tal maneira que o discurso sobre as leis da Lógica como leis do pensamento poderia nos fazer crer que estas se confundem com as leis da Psicologia (FREGE, Gottlob, 1918). Com isto, entretanto, a distinção do verdadeiro e do falso já não mais fará sentido, uma vez que tanto proposições verdadeiras quanto falsas, quando observadas sob o aspecto de sua realização por um dado sujeito, pertencem ao fluxo causal dos eventos (FREGE, Gottlob, 1918), isto é, por este viés, não há qualquer diferença que se possa estabelecer entre verdadeiro e falso, porque que tanto um tipo de pensamento, quanto o outro, são igualmente apreendidos na mente e aí têm, enquanto efetividades, o mesmo estatuto, a saber, o de eventos psíquicos cujos estudos têm o mesmo grau de relevância; só há algum significado⁶ no discurso de que se teria chegado à verdade se pudermos apreender por outra via as suas leis.

Em verdade, Frege sustenta que o grande erro do empirismo está justamente em que não distingue as causas de um pensamento enquanto ato mental com as razões sobre as quais se sustenta um conteúdo verdadeiro que este eventualmente possa vir a ter (SLUGA, Hans, 1980). Deste modo, fica claro que tratar das leis da verdade – as quais nos darão, como se disse acima, as regras sobre como, de um juízo, inferir outro – só tem algum sentido se não levamos em conta quaisquer processos mentais e tomamos a Lógica como uma ciência autônoma na qual “*wird die Bedeutung des Wortes ‘wahr’ entwickelt*”⁷ (FREGE, Gottlob, 1918, p. 1). Resta, porém, ainda indefinido o que ela tem em vista quando fala do “verdadeiro”.

⁴ Não se ignora, aqui, a observação do próprio Frege quanto ao fato de que, ao contrário das leis naturais, as leis lógicas não giram em torno de um acontecimento – *Geschehen* – mas sim do ser – *Sein*, daí que se fale apenas de uma aproximação.

⁵ “prescrições para tomar-por-verdadeiro, o pensar, o julgar, concluir”.

⁶ No presente texto, no que diz respeito às traduções das passagens de Frege, “significado” e “sentido” são tomados por sinônimos, reservando-se, para “*Bedeutung*”, o termo “referência”.

⁷ “se desenvolve a referência da palavra ‘verdadeiro’”.

Uma Depuração Preliminar

Ainda em seu *Der Gedanke*, Frege faz alguns esclarecimentos quanto a determinados usos da palavra “verdade”, sobre os quais não se poderia deixar de comentar, visto que dão a ela um sentido bastante definido, ao contrário do que ocorre, como se pretende discutir, no caso da verdade de que trata a Lógica. Assim, tem-se de levar em conta que no uso cotidiano da linguagem coloquial, toma-se por verdadeiro, p. ex., o sujeito que é sincero, honesto, de maneira que o adjetivo diz respeito, aí, a um traço de caráter. Além disso, o filósofo destaca também que o termo é usado na arte, para se referir à sua meta, quando se entende que ela deve buscar uma “*wahrer Empfindung*”⁸ (FREGE, Gottlob, 1918, p. 1) ou a própria verdade, aqui como que no sentido da realidade por trás das coisas, situação na qual o verdadeiro se converte numa vivência do sujeito que experiencia a arte, ou num estado-de-coisas que se revelaria por meio dela, o que, naturalmente, não seria aquilo a que visa a Lógica. Por fim, traz-se à vista a expressão “verdadeiro” como delimitador do sentido no qual uma outra palavra, a que ela se refere, deve ser tomado (FREGE, Gottlob, 1918), com base no que se fala de um “verdadeiro significado” de uma dada expressão, o que, para os fins de Frege, não tem de ser considerado, visto que, nesta hipótese, o termo “verdadeiro” servirá apenas como um aparador de ambiguidades. Feitas estas considerações, é possível passar aos usos da palavra “verdadeiro” quando se tem em mente a verdade cujas leis serão apreendidas pela Lógica.

A Indefinibilidade da Verdade no *Der Gedanke* de Frege

A Verdade por Correspondência

O primeiro modo de uso cogitado por Frege (1918) mais detalhadamente da palavra “verdadeiro” tange a atribuição desta expressão a imagens e ideias, de maneira que poderíamos falar, por exemplo, num quadro verdadeiro ou numa dada representação mental verdadeira. Neste ponto, porém, é feita uma indagação fundamental, acerca de por que seria possível, digamos, no caso do quadro, chamá-lo de verdadeiro, ao passo que não falaríamos usualmente, no mesmo sentido, de, digamos, um lápis verdadeiro, ainda que este, tal qual o quadro, seja um objeto externo. Há aqui, contudo, quando atribuímos o “verdadeiro” ao quadro uma comparação que não se faz visível pelo adjetivo em questão e que, todavia, dá o tom de seu uso na presente hipótese.

De fato, qualquer falante comum do idioma ao dizer de uma imagem que é verdadeira quer, em última instância se referir ao seu caráter representacional, isto é, quer dizer que ela é fidedigna ao objeto que deveria ilustrar, de maneira que entraria em jogo saber qual a intenção de seu autor. Neste sentido, um quadro para ser verdadeiro deveria corresponder àquilo que seu produtor deseja representar, valendo a mesma necessidade de correspondência *mutatis mutandis* para as ideias. Sob este primeiro significado, teríamos, então, a noção da verdade por correspondência.

⁸ “verdadeira sensação”.

A Simplicidade da Verdade

Levanta-se, porém, um primeiro problema, qual seja, o de que a palavra “verdadeiro” não é qualquer “*Beziehungswort*”⁹ (FREGE, Gottlob, 1918, p. 2), o que, porém, se choca frontalmente com a natureza da correspondência entre uma coisa e outra, a qual, como é óbvio, instaura uma relação entre os dois entes. De fato, é bastante intrigante pensar que, apesar da concepção clássica de verdade ser a da verdade por correspondência, o adjetivo “verdadeiro” não estabelece qualquer associação entre nomes, como seria de se esperar de uma expressão relacional como, p. ex., “igual a”. Como consequência, sob o paradigma da verdade por correspondência, toda sentença em que fosse utilizado o adjetivo “verdadeiro” seria uma em que as palavras que a constituem não tornariam inteligível, por si sós, o pensamento daquele que a enuncia, tendo em vista que não deixariam entrever o parâmetro da comparação.

Talvez se objete, quanto a este ponto, que é um problema menor, pois que o adjetivo “verdadeiro” bem poderia ter um sentido relacional, ainda que não explícito, e de tal modo que o único inconveniente seria comunicacional, mas não menor do que o gerado por palavras como “hoje”, “aqui”, “agora”, para cujo entendimento completo teríamos de conhecer as condições de enunciação (FREGE, Gottlob, 1918). Desta maneira, bastaria que no caso, p. ex., de um quadro, conhecêssemos as intenções representativas de seu autor. Entretanto, me parece que, muito mais do que um pormenor pragmático, a palavra “verdadeiro” não dá a conhecer qualquer relação de correspondência, porque a verdade é irreduzível a qualquer outra coisa, ou seja, não pode ser posta de outra forma que em seus próprios termos. Assim, estaríamos, em última instância, diante da tese da simplicidade da verdade, a qual está implicada na sua indefinibilidade conforme proposta por Frege (GREIMANN, Dirk, 2020).

Segundo Greimann (2020), não haveria, no *Der Gedanke*, uma formulação explícita desta noção, mas apenas na *Logik*, onde estaria posto que a verdade “*is obviously something so primitive and simple that it is not possible to reduce it to anything still simpler*”¹⁰ (GREIMANN, Dirk, 2020, p.73). No entanto, me parece que a ênfase dada por Frege ao traço não relacional da palavra “verdadeiro” é sugestivo da tese da simplicidade, uma vez que impede a definição da verdade nos termos da correspondência entre dois entes, o que, então, faria com que esta fosse decomposta nos termos da relação e na relação em si, o que, naturalmente, tornaria inviável que falássemos numa sua simplicidade.

Em verdade, Sluga (1980) aponta que já o fato de Frege se reportar à meta da Lógica meramente como sendo “*die Gesetze des Wahrseins*”¹¹ (FREGE, Gottlob, 1918, p. 1), sem mais qualificações, já seria evidenciador da referida tese. Consoante o autor (1980), mesmo a definição de verdade adotada por Tarski para as linguagens formais não seria capaz de dar nada mais simples do que o adjetivo “verdadeiro”. Isto, porém, só pode ser considerado correto a depender do que tomamos como o *definiendum* da tese fregeana da indefinibilidade.

De fato, como argumenta Greimann (2020), se entendermos que o indefinível seria o predicado “*bedeutet the True*”¹², então a tese, juntamente com as outras três a ela intrínsecas – da simplicidade, do caráter *sui generis* da verdade

⁹ “palavra relacional”.

¹⁰ “obviamente algo tão primitivo e simples que não é possível reduzi-la a nada ainda mais simples”.

¹¹ “as leis do ser verdadeiro”.

¹² “significa o Verdadeiro”.

e da circularidade – cairiam por terra. Sob o aspecto da simplicidade, com o qual nos ocupamos agora, isto é particularmente claro se tomamos o Esquema T de Tarski – *X é T em L se e somente se P* – uma vez que, ao menos para algumas linguagens, bastaria que substituíssemos X pelo nome da sentença da linguagem L na metalinguagem e P por seu significado nesta mesma metalinguagem, para termos, então, a palavra “verdadeiro” definida e, mais do que isso, decomposta “into the relation of denotation and the object the True”¹³ (GREIMANN, Dirk, 2020, p. 77).

Todavia, se compreendemos que o *definiendum* da tese da indefinibilidade é a forma assertórica da sentença, então o argumento de Sluga se sustenta mesmo diante da definição dada por Tarski, porque, neste caso, a circularidade evidenciaria a simplicidade da verdade. De fato, nesta situação, para sabermos se P, teríamos, antes, de reconhecer o pensamento de que P é verdadeiro (GREIMANN, Dirk, 2020), e, com isso, a própria definição fundada sobre o esquema T estaria dependente do julgamento do pensamento de que P, com o que a forma assertórica se manteria anterior à definição mesmo e, por isso, como um ur-elemento, tal qual demanda a simplicidade constitutiva da indefinibilidade proposta por Frege (GREIMANN, Dirk, 2020). Deste modo, aliás, assumimos a tese proposta por James Levine e defendida por Greimann de que o *definiendum* da tese fregeana em questão é “the judgment stroke or the form of the assertoric sentence”¹⁴ (GREIMANN, Dirk, 2020, pp. 79-80). Assim, compreende-se aqui que o caráter não relacional da palavra “verdadeiro” reflete, em última análise, justamente a simplicidade da forma assertórica da sentença, a qual ela, pelo seu uso na linguagem, como que nos deixaria entrever.

O Regresso Vicioso

Consoante o autor de *Der Gedanke*, porém, há ainda dois problemas relativamente à teoria da verdade por correspondência. Como vimos, quando falamos, p. ex., sob este paradigma, que um quadro corresponde a um dado objeto externo, temos em mente a representação de um pelo outro, de tal maneira que poderíamos afirmar que há uma coincidência de atributos entre ambos. Acontece, entretanto, que, para formarmos esta relação, seus termos não podem ser idênticos entre si, sob pena de não serem dois, mas apenas um, o que, portanto, implica que haja diferenças entre eles, inviabilizando, assim, uma total correspondência entre ambos, de modo que aquela só poderia existir até determinado grau. Se, então, entendemos que a correspondência deve ser total, ou não haverá relação alguma, ou apenas poderemos falar de meias-verdades, o que, contudo, não tem qualquer sentido, “*denn was nur halb wahr ist, ist unwahr*”¹⁵ (FREGE, Gottlob, 1918, p. 2). É claro, com isto, que qualquer defesa da verdade como correspondência total é absolutamente inviável.

Pode ocorrer, por outro lado, que se fale de correspondência sob determinados aspectos, isto é, de uma verdade dada por uma correspondência meramente parcial. Neste caso, teríamos uma situação na qual dizemos que A corresponde a B, com base no critério C, em função do que, porém, seria possível perguntar se é verdade que A e B correspondem sob o critério C e, para responder

¹³ “na relação de denotação e o objeto o Verdadeiro”.

¹⁴ “o traço de julgamento ou a forma da sentença assertórica”.

¹⁵ “pois o que é apenas meio verdadeiro é não-verdadeiro”.

a esta indagação seria necessário, novamente, estabelecer uma segunda relação de correspondência e assim sucessivamente.

Com efeito, segundo Frege, qualquer outra tentativa de definir a verdade recairia no mesmo erro, uma vez que, se a afirmação da verdade com base na definição dependeria da verificação dos critérios preceituados nesta, seria sempre possível, com relação à afirmação do atendimento deles, se esta afirmação mesma, enquanto tal, também os atende, e assim ao infinito. O problema, assim, seria que qualquer tentativa de definição nos levaria a uma situação na qual a verdade da sentença “é verdade que A” estaria dependente da verdade da sentença de ordem imediatamente superior “é verdade que ‘é verdade que A’”, e assim por diante. É por este motivo, então, que seria “*der Inhalt des Wortes ‘wahr’ ganz einzigartig und undefinierbar*”¹⁶ (FREGE, Gottlob, 1918, p. 2).

Contra este regresso, porém, é possível objetar que ele ocorre independentemente de a verdade ser ou não definível (DUMMETT, Michael, 1973). De fato, da mera afirmação de que “é verdade que A”, eu posso passar à ordem superior e dizer que “é verdade que ‘é verdade que A’”, de um tal modo que, se a verdade da primeira realmente dependesse da verdade da segunda, então a verdade não seria possível de todo, o que nos leva a perceber que não apenas o regresso não guarda relação necessária com a definibilidade da verdade, como também que ele não é vicioso. A verdade de “é verdade que ‘é verdade que A’” não condiciona a verdade da sentença “é verdade que A”, mas, ao contrário, quando eu reconheço a verdade de A, o faço simultaneamente quanto à verdade dos pensamentos de ordem n+1 ao reconhecimento da verdade de A relativos (DUMMETT, Michael, 1973); o que está em jogo, portanto, é meramente o julgamento quanto a A, o qual, como é de se ver, não está subordinado ao regresso, mas apenas à circularidade atinente à indefinibilidade da verdade quando consideramos como *definiendum* o símbolo de julgamento ou a forma assertórica da sentença, o que se pretende esclarecer mais adiante, quando discutirmos a tese da equivalência.

Desta maneira, ao menos quanto ao aspecto do regresso, a tese da verdade como correspondência ainda se afiguraria como possível. De fato, como nos mostra Greimann, não haveria, ao menos a princípio, qualquer problema com a fórmula “*x is true if and only if x corresponds to reality*”¹⁷ (GREIMANN, Dirk, 2020, p. 75), uma vez que, em não havendo o regresso vicioso, não haveria, a princípio, qualquer problema com a afirmação de que “x corresponde à realidade”. O problema, na verdade, seria outro.

Vimos, de relance, acima, que a estão implicadas na tese fregeana da indefinibilidade da verdade três outras teses, a saber, a da circularidade, a da simplicidade e a do seu caráter *sui generis*; deixemos, para depois, a primeira e trabalhem, por ora, apenas com as outras duas. A tese da simplicidade, conforme exposto, refere-se ao caráter indecomponível da verdade, ao fato de sempre termos de retornar a ela como um elemento fundamental em qualquer tentativa de defini-la. O seu caráter *sui generis*, sua *Einzigartigkeit*, a seu turno, diz respeito à particularidade do “verdadeiro” enquanto um adjetivo que nada acrescenta ao conteúdo do pensamento.

Com relação a como a noção da verdade por correspondência é contrária àquela simplicidade discutimos acima, quando falamos do traço não relacional da palavra “verdadeiro”. Agora, com seu caráter *sui generis*, tampouco se compatibiliza

¹⁶ “o conteúdo da palavra ‘verdadeiro’ completamente único e indefinível”.

¹⁷ “x é verdadeiro se e apenas se x corresponde à realidade”.

tal teoria (GREIMANN, Dirk, 2020), tendo em vista que, se “ser verdadeiro” tem o mesmo sentido que “corresponde à realidade”, de forma que não se poderia falar que tal expressão não modifica o conteúdo do pensamento. Com efeito, é bastante claro que a sentença “A” é a mesma coisa que “A corresponde à realidade” e, assim, “verdadeiro” seria apenas como um predicado qualquer. A mesma coisa aconteceria, ao fim e ao cabo, com qualquer outra tentativa de definição, e, conseqüentemente, a verdade acabaria por ser definível e definida.

Não me parece, contudo, que o impasse está resolvido. Acima restou claro que não subsiste qualquer regresso vicioso no caso de se ter uma definição para a verdade e isto por si só poderia nos dar esperança de consegui-la, ao menos, como, p. ex., no caso de Tarski, para as linguagens formalizadas. Os contra-argumentos apresentados não dizem respeito, ao menos num primeiro plano, propriamente a motivos substanciais pelos quais ela não seria possível, mas tão somente que ela seria incompatível com a concepção de Frege. Por conta disto, se faz necessária uma discussão mais aprofundada sobre o motivo pelo qual definições da verdade não podem ser admitidas, ainda que o discurso sobre um regresso vicioso não seja justificável.

A Tese da Equivalência

Quando iniciamos o tópico sobre verdade como correspondência, dissemos que o primeiro uso do adjetivo “verdadeiro” analisado por Frege dizia respeito à sua atribuição a imagens e ideias. Acontece que, como tal noção é rejeitada, o discurso sobre um quadro verdadeiro, p. ex., adquire um caráter impróprio, visto que a palavra “verdadeiro” não poderia se desdobrar, sob o paradigma que analisamos, no predicado “corresponde à realidade”.

Do outro lado, porém, o autor nos mostra que, assim como falamos de imagens e ideias verdadeiras, falamos de pensamentos e sentenças verdadeiras (FREGE, Gottlob, 1918), o que nos dá uma pista para uma fala mais apropriada no que diz respeito à verdade daqueles dois primeiros entes. De fato, o discurso sobre um quadro verdadeiro que, a princípio, não seria muito adequado, se reanima de sentido se entendemos com isto que o que se quer dizer é que “é verdade que o quadro corresponde à realidade” (FREGE, Gottlob, 1918). Desta maneira, a verdade readquire seu caráter simples, *sui generis* e circular, ao passo que o “corresponde à realidade” é colocado em seu lugar de direito, a saber, como um predicado constitutivo do conteúdo do pensamento. Outrossim, fica também evidenciado que “verdadeiro” se diz do pensamento, e não de qualquer outra coisa. A questão, porém, acerca do motivo pelo qual não se aceita uma definição para a verdade se mantém, vindo, a este respeito, muito elucidativamente a tese que Dummett (1973) chama de “tese da equivalência”, assim enunciada: *Immerhin gibt es zu denken, dass wir an keinem Dinge eine Eigenschaft erkennen können, ohne damit zugleich den Gedanken, dass dieses Ding diese Eigenschaft habe, wahr zu finden.*¹⁸ (FREGE, Gottlob, 1918, p. 3)

Neste trecho, salta à vista que a asserção, é dizer, a manifestação do reconhecimento da verdade de um pensamento, prescinde do adjetivo “verdadeiro”. Com efeito, Frege argumenta no sentido de que, mesmo se

¹⁸ “Em todo caso, é de se pensar que não podemos reconhecer uma propriedade em uma coisa sem que, com isso, simultaneamente, achemos verdadeiro o pensamento de que esta coisa possui esta propriedade.”

utilizarmos tal termo, “*liegt die eigentlich behauptende Kraft nicht in ihm, sondern in der Form des Behauptungssatzes*”¹⁹ (FREGE, Gottlob, 1918, p. 4), o que é cristalino se, como Greimann (2020), pensamos nas sentenças “É verdade que a neve é branca.” e “É verdade que a neve é branca?”. De fato, num caso e no outro, temos precisamente o mesmo pensamento, sem que a formulação “é verdade que” seja capaz de anular o caráter interrogativo no segundo deles.

Hipóteses como estas e, claro as do próprio Frege, o qual alude a dramatizações nas quais o ator, mesmo que utilize a expressão “é verdade que”, mesmo assim nada assere, são, portanto, já um sinal do próprio uso do idioma contra a noção de que a verdade seria definível. Como discutimos acima, se, p. ex., assumíssemos a noção de verdade por correspondência, então a tese da equivalência jamais poderia valer. Neste caso, ao invés do adjetivo “verdadeiro” ter um caráter supérfluo, seríamos obrigados, ao contrário, a admitir que, em todas as situações nas quais ele não está diretamente utilizado, está implícito. “Eu sinto o cheiro das violetas” e “É verdade que eu sinto o cheiro das violetas” não seriam o mesmo porque o “é verdade que” é secundário, mas, ao contrário, porque a primeira formulação o teria ocultamente.

Se a asserção dependesse essencialmente da palavra “verdadeiro”, então a indagação “É verdade que a neve é branca?” teria de ser contraditória; em última análise, toda formulação com tal expressão acabaria por se converter automaticamente numa asserção. Se este fosse o caso, porém, estaríamos diante de um nominalismo radical, e já não faria sentido qualquer discurso acerca da ciência e da objetividade. A asserção, enquanto o reconhecimento da verdade de um pensamento, não pode ser convertida no arbítrio de apensar a ele ou não a formulação “é verdadeiro”.

Mesmo que pensássemos em converter a pergunta “É verdade que a neve é branca?” por “Corresponde à realidade que a neve é branca?”, como se isto pudesse corrigir o problema, ainda assim este não estaria resolvido. Aqui se abririam duas possibilidades. Inicialmente, poderíamos dizer, para responder à questão sob a segunda formulação, que “corresponde à realidade que corresponde à realidade que a neve é branca”, o que, como se viu, geraria um regresso vicioso, porque eu poderia indagar se aquela correspondência de segunda ordem corresponde à realidade, e assim sucessivamente. No entanto, já foi observado que este regresso não ocorre, o que, todavia, se dá, porém, como consequência da simplicidade da verdade, a qual nos dará nossa segunda possibilidade.

Como fora antes exposto, a simplicidade da verdade consiste num seu caráter primitivo simples e irredutível, o que foi, naquele momento, apontado como um motivo para que esta não pudesse ter um caráter relacional, como ocorreria sob a tese da verdade por correspondência. Além disso, foi apontado que mesmo uma tentativa de definição da verdade fundamentada no Esquema T de Tarski acabaria só sendo válida e funcional por conta da circularidade da verdade. No caso ora em análise, a relação entre estas duas características – simplicidade e circularidade – resta justificada, bastando que respondamos por que não há regresso quando da resposta da indagação “Corresponde à realidade que a neve é branca?”. Para tanto, atentemo-nos, novamente, à tese da equivalência, na qual, segundo Greimann (2020), estaria exposta a tese da circularidade.

Segundo ela, para que eu reconheça a propriedade de algo, preciso aceitar simultaneamente como o verdadeiro o pensamento de que este algo tem esta

¹⁹ “repousa a força genuinamente assertórica não nele, mas na forma da sentença assertórica”.

propriedade. Assim, no caso de me perguntar “Corresponde à realidade que a neve é branca?”, teria de converter esta indagação para “É verdadeiro que ‘a neve é branca’ corresponde à realidade?”, com o que ficaria a verificação da verdade antecede logicamente a verificação da correspondência. Tal como na situação em que a sentença “o quadro verdadeiro” se mostra como a asserção do pensamento “o quadro que corresponde à realidade”, também aqui nossa indagação se converte na questão acerca de se podemos asserir ou não um dado pensamento. Para poder saber se ‘a neve é branca’ corresponde à realidade, preciso, antes, asserir tal pensamento: a circularidade está posta e, juntamente com ela, a simplicidade. O regresso não ocorre, porque, quando desta asserção, a questão da verdade da correspondência está *simplesmente* resolvida – não cabe o questionamento por um desdobramento do que significaria tal verdade.

Com isto, aliás, fica também claro o seu aspecto *sui generis*. De fato, é de se observar que a palavra “verdadeiro”, ao contrário de outros predicados, não acrescenta nada ao conteúdo do pensamento, de tal modo que chega a parecer “*devoid of content*”²⁰ (FREGE, Gottlob, 1979). Isto, porém, não nos deve assustar, se tomarmos em conta, como Greimann, que o *definiendum* da tese da indefinibilidade é o símbolo de julgamento, o qual terá, como sua expressão na linguagem natural, “*the form of the assertoric sentence*”²¹ (GREIMANN, Dirk, 2020, p. 85). Sob esta assunção, fica claro que aquele adjetivo, enquanto uma tentativa de expressão verbal desta forma assertórica (FREGE, Gottlob, 1979), realmente não poderia acrescentar qualquer conteúdo a um pensamento, uma vez que aquilo que deve expressar também não o faz.

Acontece, porém, que, como o próprio Frege coloca, por mais que não haja, com a asserção, qualquer alteração substancial do pensamento, é sempre o grande momento da pesquisa científica aquele em que o investigador pode dizer “*‘was ich vermutet habe, ist wahr’*”²² (FREGE, Gottlob, 1918, p. 3). Deste modo, há uma situação bastante intrigante na qual, por mais que não integre o pensamento, a força assertórica como que lhe alça a um outro estatuto e, neste aspecto, é *sui generis*.

Tudo isto posto, fica claro que, muito embora uma suposta definição da verdade não necessariamente gere um regresso vicioso, ela é, ainda assim, indefinível. A teoria de Frege, me parece, é substancialmente a correta, porque leva em conta o caráter absolutamente simples e circular da asserção, os quais impedem que ela seja colocada em outros termos, como seria necessário para uma definição. Resta, assim, uma única questão a ser examinada.

Conclusão: Como a Verdade é a Meta da Lógica?

Logo ao início do texto discutimos que a meta da Lógica era a verdade e que, em tal ciência, “*wird die Bedeutung des Wortes ‘wahr’ entwickelt*”. Como foi visto ao longo do ensaio, entretanto, o adjetivo “verdadeiro” não acrescenta qualquer conteúdo ao pensamento e, mais do que isso, sequer é o *definiendum* da tese da indefinibilidade da verdade. Como, então, poderia a Lógica tratar de tal palavra?

Quanto a isto, Frege (1979) argumenta, em seu *My Basical logical Insights*, que o termo “verdadeiro”, ao tentar fazer a forma assertórica da sentença ser

²⁰ “vazia de conteúdo”.

²¹ “a forma da sentença assertórica”.

²² “o que eu especulei é verdadeiro”.

elevada a uma contribuição ao conteúdo do pensamento, a colocaria em relevo como a essência da Lógica. A esta caberia, então, descobrir as regras pelas quais poderíamos passar de um julgamento a outro, é dizer, segundo as quais poderíamos justificar nossas asserções fundamentando-as em outras (SLUGA, Hans, 1980). Sob este aspecto, portanto, me parece acertado argumentar que é apenas num primeiro plano que esta ciência teria como ponto nevrálgico a palavra “verdadeiro”, uma vez que estaria efetivamente interessada apenas no que ela esconde sob si.

Não se poderia, porém, passar sem tal expressão. Dadas as imperfeições da linguagem natural, diz Frege (1979), até que o trabalho da Lógica esteja concluído seria praticamente impossível não falarmos no “verdadeiro”. Segundo Sluga (1980), haveria em tal concepção uma rejeição à noção de que a Lógica deveria ser responsável por uma meta-teoria linguística.

De fato, se observarmos a teoria da verdade de Tarski (2007), nota-se que ela é uma tentativa de definição de verdade com relação a uma linguagem em particular e realizada a partir de uma metalinguagem construída especialmente para lidar com as expressões da linguagem-objeto. Sob tal paradigma, compreende-se o motivo pelo qual o desafio é apresentar uma definição da verdade por correspondência, uma vez que é sob esta tese que a palavra “verdadeiro” é muitas vezes utilizada. Há aí, por óbvio, uma intenção de se ocupar com um sentido previamente dado para tal expressão, com o que se observa, inclusive, que há uma distinção de temática entre Tarski e Frege, tendo em vista que, enquanto para aquele o *definiendum* de sua tese acerca da definibilidade da verdade é o sentido da expressão “verdadeiro”, para este, por outro lado, o *definiendum* da sua tese da indefinibilidade da verdade é a forma assertórica da sentença.

Neste sentido, não é de surpreender que o termo “verdadeiro” não esteja sequer elencado entre aqueles que são expressivos dos conceitos e relações próprios da Lógica (SLUGA, Hans, 1980). As suas leis não se fundam num suposto sentido de tal palavra, mas em outras noções, sem que, portanto, aquelas possam ser compreendidas como um desdobramento analítico deste significado. A Lógica, em não sendo, como se expôs, qualquer meta-teoria, se constituirá enquanto desenvolvimento destas suas noções, sem qualquer preocupação em explicar, p. ex., o que usualmente se tem em mente ao falar de uma relação de correspondência.

Se, porém, tomamos em consideração que a verdade é a meta da Lógica na medida em que esta ciência descreve as leis com base nas quais as asserções estariam justificadas, então não há aí qualquer mistério. Com efeito, neste caso a situação seria que os conceitos e relações lógicos fundamentariam o reconhecimento de um dado pensamento como verdadeiro (SLUGA, Hans, 1980), de tal maneira que o julgamento e sua expressão, a asserção, teriam de ser encarados de um posto de vista objetivo, isto é, como o reconhecimento de uma legalidade geral e apriorística, o qual, portanto, seria a meta da Lógica.

Referências bibliográficas

DUMMET, Michael. **FREGE: Philosophy of Language**. Harper & Row, Publishers, Inc., 1973.

FREGE, Gottlob. **Der Gedanke: Eine logische Untersuchung**. Disponível em: gavagai.de/HHP32.htm.

_____. **Logik**. In: FREGE, Gottlob. **Schriften zur Logik und Sprachphilosophie**. Hamburgo/ALE: Felix Meiner Verlag, 2001.

_____. **Logic**. In: FREGE, Gottlob. **Posthumous Writings**, Basil Blackwell and Mott, 1979.

_____. **My Basic Logical Insights**. In: FREGE, Gottlob. **Posthumous Writings**, Basil Blackwell and Mott, 1979.

_____. **The Thought: A Logical Inquiry**. A Quarterly Review of Psychology and Philosophy, Vol. LXV, n. 259, 1956.

GREIMANN, Dirk. **What exactly is the Content of Frege's Thesis of Indefinability of Truth?**. In: NARBOUX, Jean-Philippe; PERRIN, Dennis. **New Essays on Frege's Logical Investigations**. 1ª Ed.: São Paulo: Nonada, 2020.

POTTER, Michael. **Introduction**. In: POTTER, Michael; RICKETTS, Tom. **Cambridge Companion to Frege**. Cambridge University Press, 2010.

SLUGA, Hans. **GOTTLOB FREGE: The Arguments of the Philosophers**. Nova Iorque/EUA: Routledge, 1980.

TARSKI, Alfred. **O Conceito de Verdade nas Linguagens Formalizadas**. In: TARSKI, Alfred. **A Concepção Semântica de Verdade**. São Paulo: Editora UNESP, 2007.

Recebido em: 06/2025
Aprovado em: 12/2025